

© Copyright 2022, Tribunal de Contas da União do Brasil

Os conceitos e opiniões expressas em obras doutrinárias assinadas são de inteira responsabilidade dos autores.

A reprodução completa ou parcial desta publicação é permitida, sem alterar seu conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

www.tcu.gov.br

Missão

Aprimorar a administração pública em benefício da sociedade por meio do controle externo.

Visão

Ser referência na promoção de uma administração pública efetiva, ética, ágil e responsável.



revista@tcu.gov.br

Tribunal de Contas da União - v.1, n.1 (1970) - - Brasília: TCU, 1970

v.

De 1970 a 1972, periodicidade anual; de 1973 a 1975, quadrimestral; de 1976 a 1988, semestral; de 1990 a 2005, trimestral; 2006, anual; de 2007 a 2018 quadrimestral, a partir de 2019; semestral.

ISSN eletrônico 2594-6501

1. Controle de gastos públicos - Brasil, 2. Controle externo - Brasil, I.
Tribunal de Contas da União.

Catalogada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FUNDADOR

Ministro Iberê Gilson

SUPERVISOR

Ministro Bruno Dantas

CONSELHO EDITORIAL

Augusto Sherman Cavalcanti

(Ministro-Substituto)

Cristina Machado da Costa e Silva

(Procuradora-Geral Ministério Público junto ao TCU)

Frederico Carvalho Dias

(Secretário-Geral da Presidência)

Ana Paula Sampaio Silva Pereira

(Secretária-Geral de Controle Externo)

Márcio André Santos de Albuquerque

(Secretário-Geral de Administração)

Adriano César Ferreira Amorim

(Diretor-Geral / Instituto Serzedello Corrêa)

EDIÇÃO

Flávia Lacerda Franco Melo Oliveira

Clemens Soares dos Santos

Cibele de Oliveira Lyrio

REVISÃO

Isadora Abreu Rodrigues

Regina Furquim

PROJETO GRÁFICO

Marcello Augusto Cardoso dos Santos

CAPA, DIAGRAMAÇÃO E FOTOMONTAGENS

NCom/ISC

IMAGENS

Adobe Stock

Departamento de Pós-Graduação e Pesquisas

St. de Clubes Esportivos Sul

Trecho 3 Lote 3

Brasília, DF, 70200-003

revista@tcu.gov.br

ISSN eletrônico - 2594-6501



PREZADO LEITOR,

A presente edição marca um momento ímpar na história do TCU. Em novembro último, ao comemorar seus 132 anos, assumiu, pela segunda vez, a presidência da Organização das Instituições Superiores de Controle (Intosai), entidade que reúne instituições de 196 países e atua para aperfeiçoar e padronizar normas de auditoria pública, bem como para induzir ações que promovam a melhoria da governança e dos serviços públicos dos países-membros.

Na coluna Destaques, são comentados os momentos mais expressivos do Congresso Internacional das Instituições Superiores de Controle (Incosai) e do Fórum de Auditoria Governamental (Fiag), que ocorreram de 7 a 11 de novembro de 2022 no Rio de Janeiro. O congresso foi realizado pelo TCU e o Fiag foi uma iniciativa privada que contou com o apoio técnico do Tribunal.

A convite da Revista do TCU, dei uma entrevista na qual abordo o papel do Tribunal na reconstrução nacional, ressaltando como a responsabilidade fiscal e social estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento econômico, além de enfatizar que os desafios a serem enfrentados exigem agentes públicos competentes, qualificados, treinados, dedicados e conscientes de suas responsabilidades.

Na coluna Opinião, o Ministro do TCU, Antonio Anastasia, jurista com expressiva carreira como político e como professor universitário, discorre sobre a importância da segurança jurídica no ambiente institucional, demonstrando os benefícios que a estabilidade nas relações jurídicas e a previsibilidade das decisões judiciais trazem para o cidadão e para o setor produtivo.

Também neste número, a Revista do TCU, em sua busca por estar sempre sintonizada com a repercussão dos avanços tecnológicos, oferece, na seção Inovação, o artigo “Tecnologia *blockchain* e auditoria”, de Eldon Teixeira Coutinho, Monique Monteiro e Tibério Cesar Jocundo Loureiro, servidores do Tribunal, com a proposta de desmistificar essa tecnologia revolucionária, mostrando, além de vantagens e riscos, as possibilidades de aplicação na Administração Pública, em especial, no uso da ferramenta em atividades de controle e auditoria.

A jurisprudência comentada aponta decisões da relatoria do Ministro Vital do Rêgo que tratam de fiscalização de transparência da gestão em 2.376 municípios em parceria com a Força-Tarefa Cidadã, bem como de acompanhamento que apontou riscos no sistema de Identificação Civil Nacional (ICN).

Também são destacadas duas decisões de relatoria do Ministro Jorge Oliveira, uma acerca de consulta formulada pelo Ministro da Economia sobre a integralização de imóveis públicos em cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e a outra a respeito da possibilidade de registro de atos de concessão de aposentadoria, quando houver valor insignificante de parcela incluída irregularmente no cálculo, desde que adotada medida para a regularização financeira da falha.

Por fim, artigos selecionados enriquecem esta edição, abordando as áreas temáticas da RTCU, quais sejam Controle Externo, Administração Pública, Direito Público, Contabilidade, Finanças e Auditoria no âmbito do setor estatal.

Assim, convido todos a desfrutarem da leitura desta edição, renovando o convite para que participem da Revista do TCU, comentando ou contribuindo com artigos e pareceres.

Boa leitura!



Bruno Dantas

Presidente do Tribunal de Contas da União e
Supervisor do Conselho Editorial da Revista do TCU

Sumário	Índice e Destaques	
<p>Entrevista</p> <p>O TCU e as iniciativas para induzir a redução das desigualdades sociais e econômicas</p> <p><i>Ministro Bruno Dantas</i></p> <p>Opinião</p> <p>A insegura Segurança Jurídica</p> <p><i>Antonio Augusto Junho Anastasia</i></p> <p>Inovação</p> <p>Tecnologia <i>Blockchain</i> e auditoria</p> <p><i>Diego Oliveira Farias Eldon Teixeira Coutinho Monique Monteiro Tibério Cesar Jocundo Loureiro</i></p> <p>Artigos</p> <p>Aderência das auditorias financeiras das Instituições Superiores de Controle: um estudo comparativo das metodologias entre Brasil, Estados Unidos, Reino Unido e Austrália</p> <p><i>Lucas Oliveira Gomes Ferreira Priscila da Costa Mesquita Aragão</i></p> <p>Fiscalização contratual na Lei nº 14.133/2021: Governança e resultado na execução de contratos administrativos</p> <p><i>Carlos Wellington Leite de Almeida</i></p> <p>Estratégias de diversidade, inclusão e equidade de gênero e raça em órgãos da Administração Pública Federal: avanços e desafios</p> <p><i>Marcela de Oliveira Timóteo</i></p> <p>Quantificação da mão de obra terceirizada por meio da utilização da análise multivariada de dados: uma proposta para a administração pública</p> <p><i>Francisco Ebison Souto Canuto Marcos André Damasceno Cavalcante</i></p> <p>O acolhimento humanitário e a interiorização dos migrantes venezuelanos em Roraima</p> <p><i>Aurelio Toaldo Neto</i></p> <p>O controle social da gestão pública por intermédio da denúncia</p> <p><i>Magno Silva</i></p> <p>Possibilidades e óbices da atuação das Instituições Superiores de Controle na América Latina</p> <p><i>Duília Dalyana Ribeiro Santos da Nóbrega</i></p> <p>Retorno e sustentabilidade econômico-financeira de políticas públicas: o caso do auxílio emergencial no âmbito da pandemia de Covid-19</p> <p><i>Augusto Gonçalves Ferradaes</i></p> <p>Accountability horizontal: exercício da fiscalização parlamentar pela Comissão Covid-19 do Congresso Nacional</p> <p><i>Ronaldo Quintanilha da Silva Bruno Rosado de Angeli</i></p> <p>Agências reguladoras federais sob o controle de segunda ordem: evolução da qualidade das deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU) nos setores de transportes aquaviário e terrestre</p> <p><i>Igor Pereira Oliveira Bruno Martinello Lima</i></p>	<p>6</p> <p>16</p> <p>22</p> <p>59</p> <p>85</p> <p>112</p> <p>135</p> <p>153</p> <p>171</p> <p>203</p> <p>232</p> <p>261</p> <p>285</p>	<p>Destaques TCU 49</p> <p>Jurisprudência Comentada 54</p> <p>Índice de autores 312</p> <p>Pareceristas <i>ad hoc</i> 314</p> <p>Como publicar na revista do TCU 316</p>